

Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Associados do
Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) e com a interpretação para entidades sem fins de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

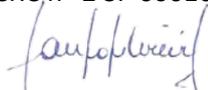
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 30 de setembro de 2021

DELOITTE BRASIL

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 000164/O-4



Paulo Ferreira Silveira

Contador

CRC nº 1 BA 028799/O-3

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.766.615	952.113	Fornecedores		5.307	8.371
Impostos a recuperar		-	428	Obrigações Trabalhistas		77.751	22.635
Créditos de Convênios	5	2.971.936	642.260	Obrigações Tributárias		11.372	2.605
Adiantamentos a fornecedores		-	780	Recursos de Projetos e Convênios	7	7.124.611	550.138
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		<u>7.738.551</u>	<u>1.595.582</u>	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>7.219.041</u>	<u>583.748</u>
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	8		
Imobilizado	6	<u>218.491</u>	<u>255.454</u>	Patrimônio Social		1.267.287	2.766
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		<u>218.491</u>	<u>255.454</u>	Superávit (Deficit) acumulado		<u>(529.286)</u>	<u>1.264.521</u>
				TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO		<u>738.001</u>	<u>1.267.287</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>7.957.042</u></u>	<u><u>1.851.036</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO		<u><u>7.957.042</u></u>	<u><u>1.851.036</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS			
Receita de Prestação de Serviços	9.1	-	25.000
Receita de Doações	9.2	1.545.017	2.066.137
Receita de Taxa de Administração de Projetos	9.3	151.290	18.750
Receita de Serviço Voluntário	9.4	104.453	119.411
Receita de Convênio/Projetos/Prêmios	9.5	966.587	483.620
RECEITA BRUTA		<u>2.767.348</u>	<u>2.712.917</u>
Impostos sobre Venda de Serviços (-)		-	(1.500)
SUPERÁVIT BRUTO		<u>2.767.348</u>	<u>2.711.417</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas Administrativas	10.1	(460.268)	(513.882)
Serviço voluntário	9.4	(104.453)	(119.411)
Despesas com Projetos	10.2	(2.456.649)	(1.457.526)
Despesas com Pessoal	10.3	(272.862)	(114.294)
Despesas tributárias		<u>(3.374)</u>	<u>(7.607)</u>
		(3.297.606)	(2.212.721)
SUPERÁVIT LÍQUIDO/(DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(530.258)</u>	<u>498.697</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras	11	11.807	7.305
Despesas Financeiras	11	<u>(10.835)</u>	<u>(40.417)</u>
		972	(33.112)
SUPERÁVIT LÍQUIDO/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(529.286)</u>	<u>465.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
SUPERÁVIT LÍQUIDO/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	(529.286)	465.585
Outro resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(529.286)</u>	<u>465.585</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (déficit) acumulado</u>	<u>Patrimônio líquido total</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019		2.766	798.936	801.702
Superávit do exercício	8	-	465.585	465.585
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>2.766</u>	<u>1.264.521</u>	<u>1.267.287</u>
Transferência para o Patrimônio Social	8	1.264.521	(1.264.521)	-
Déficit do exercício	8	-	(529.286)	(529.286)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u><u>1.267.287</u></u>	<u><u>(529.286)</u></u>	<u><u>738.001</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit/(Deficit)do exercício gerado pelas nas atividades operacionais:		(529.286)	465.585
Depreciação	6	61.934	57.663
Resultado na baixa de imobilizado		-	3.520
Juros sobre empréstimos		-	29.121
Aumento (diminuição) nos ativos:			
Impostos a recuperar		428	-
Contas a receber		-	181.606
Adiantamento de fornecedores		780	(551)
Despesas antecipadas		-	6.027
Aumento (diminuição) nos passivos:			
Fornecedores		(3.064)	(5.956)
Obrigações trabalhistas		55.116	13.946
Obrigações tributárias		8.767	2.310
Recursos de projetos e convênios		4.244.793	420.993
Juros pagos		-	(29.121)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.839.469</u>	<u>1.145.143</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	<u>(24.967)</u>	<u>(40.727)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(24.967)</u>	<u>(40.727)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimo		-	90.000
Pagamento de empréstimos		-	<u>(298.578)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	<u>(208.578)</u>
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>3.814.502</u></u>	<u><u>895.838</u></u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	4	952.113	56.275
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	4.766.615	952.113
AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>3.814.502</u></u>	<u><u>895.838</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO DE PESQUISAS EM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - IPTI

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação - IPTI (“Associação” ou “IPTI”) pessoa jurídica de direito privado, de natureza sócio - cultural e interesse coletivo, sem fins lucrativos, foi constituído na forma de “Associação” com prazo de duração indeterminado em setembro de 2003. A Associação tem por objeto social promover continuamente um ambiente favorável à pesquisa e a inovação, voltados, sobretudo, à promoção de desenvolvimento social e econômico sustentável.

As áreas prioritárias de pesquisa e desenvolvimento da Associação são educação, saúde e economia criativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, BASE DE ELABORAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (CPC PME (R1)) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e com a interpretação para entidades sem fins de lucros - ITG 2002 (R1).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), a moeda do ambiente econômico no qual a Associação atua (“a moeda funcional”).

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Instrumentos financeiros

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC PME (R1), a IPTI optou pelas aplicações das aplicações das disposições integrais das seções 11 e 12, em sua totalidade, na escolha de sua política contábil sobre instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 a IPTI possui somente instrumentos financeiros básicos. Desta forma, a seção 12 do referido pronunciamento torna-se não aplicável, haja visto referir-se a outros instrumentos financeiros mais complexos.

Classificação

A seção 11 do pronunciamento técnico CPC PME (R1) exige o método do custo amortizado para todos os instrumentos financeiros básicos.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros compreendem o caixa e equivalentes de caixa.

Passivo financeiro

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os passivos financeiros compreendem as contas a pagar e estes são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A IPTI baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado.

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Máquinas e Equipamentos	10
Instalações	10
Embarcações e Caiaques	5
relhos de comunicação	10
Equipamentos de informática	5

2.7. Crédito de Convênio e recursos vinculados a projetos

Os créditos com convênio são registrados no ativo circulante de montantes que já foram aplicados ao projeto a serem recebidos, conforme contrato. Os recursos vinculados a projetos são registrados em conta de passivo circulante em contrapartida dos numerários depositados em contas bancárias (corrente e aplicação), não afetando o resultado do exercício. O fluxo de caixa esses valores do ativo circulante e passivo circulante são demonstrado pelo líquido.

Os saldos remanescentes correspondem à soma dos recursos recebidos, acrescidos de eventuais receitas de aplicações financeiras, e ainda não aplicados nos projetos.

As principais aplicações nos projetos, referem-se a gastos com pessoal, encargos sociais, provisões para contingências trabalhistas e notas fiscais de compra de materiais e serviços.

2.8. Outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Apuração do resultado – receitas e despesas

As receitas oriundas de contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos, momento que são consideradas realizadas. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas respeitando o princípio contábil da competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Tanto as receitas quanto as despesas estão segregadas por tipo de atividade na demonstração do resultado.

3. ADOÇÃO DAS NORMAS NOVAS E REVISADAS

3.1. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

A Administração não espera a adoção de novas normas, emitidas e ainda não aplicáveis, tenham um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do IPTI em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa	250	250
Banco	1.179.223	24.172
Aplicações financeiras	<u>3.587.142</u>	<u>927.692</u>
Total	<u>4.766.615</u>	<u>952.113</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB, destinados substancialmente aos projetos.

5. CRÉDITOS DE CONVÊNIOS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contrato de gestão SEED 075/2015 (a)	-	515.093
Contrato de gestão SEDETEC 01/2016 (b)	-	73.614
Projeto Baião (c)	-	4.156
Projeto Legados (d)	-	49.397
Projeto TOM-COM (e)	13.500	-
Projeto SYNAPSE -PETROBRÁS (f)	2.958.436	-
Total	<u>2.971.936</u>	<u>642.260</u>

- (a) O Contrato de Gestão SEED n.º 075/2015 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura do Estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de desenvolvimento e reaplicação de tecnologias sociais voltadas à melhoria das condições de ensino e aprendizagem de português e matemática para ensino fundamental em escolas da rede estadual e municipal do Estado. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$7.464.774,92, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2015 a junho de 2020.
- (b) O Contrato de Gestão SEDETEC n.º 001/2016 é um Contrato de Gestão celebrado entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do estado de Sergipe e o IPTI, com o objetivo de estabelecimento de parceria entre o Poder Público Estadual e o IPTI para empregar o conhecimento científico e tecnológico para conceber e produzir tecnologias sociais, para as diversas instâncias do Governo do Estado de Sergipe, que contribuam com políticas públicas vigentes a partir das experiências desenvolvidas e sistematizadas em Santa Luzia do Itanhy, através da celebração de parcerias e/ou da prestação de serviços com órgãos do poder público estadual. Para execução deste contrato, ficou estabelecido o valor total de R\$958.568,00, cujo repasse vem sendo efetuado por parcelas desde ao longo do período do contrato que é de dezembro de 2016 a outubro de 2020.
- (c) O projeto Baião é um Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre o Instituto Afrânio Affonso Ferreira. O projeto está baseado em aulas semanais de formação nos instrumentos que compõem o baião tradicional (sanfona, zabumba e triângulo), cujo valor total é de R\$26.400,00, sendo liberado em parcelas ao longo do projeto que foi no período de novembro de 2018 a fevereiro de 2020.
- (d) Projeto Legados é um Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Fundação Vale e o IPTI, com o objetivo de realização do projeto Legados na área de Educação no município de Bacabeira, no Estado do Maranhão que visa promover a formação de professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos com foco na alfabetização e no letramento em Língua Portuguesa e Matemática de crianças de 1º e 3ºano do ensino fundamental da rede pública de ensino com engajamento dos recursos pedagógicos da tecnologia, criando condições e competências locais para reaplicação em outros municípios maranhenses. O Termo é no valor de R\$1.317.300,00, cujo desembolso é em 08 parcelas. O período deste termo é de junho de 2019 a maio de 2021.

- (e) O Projeto TOM-COM é um Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhy e o IPTI, com o objetivo de construir uma tecnologia social que promova melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras re-aplicações em outros municípios. O Termo é no valor de R\$256.500,00. O período deste termo é de 11 meses, contados a partir da assinatura em 19 de fevereiro de 2019. Até o final do exercício foi repassado R\$243.000,00.
- (f) Convênio que celebram PETROBRAS e o IPTI, para o projeto “SYNAPSE Alfabetização E Educação Infantil, com objetivo de aperfeiçoar e reaplicar tecnologias sociais em alfabetização e em gestão da informação em todas as escolas de Laranjeiras e reaplicar a tecnologia de gestão da informação em outros 14 municípios brasileiros, dos estados de SP, RJ, RN e ES, por um período de 36 meses. O valor total é de R\$3.799.516,88, repasse será 09 parcelas.

6. IMOBILIZADO

	Taxa Média Anual	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Móveis, utensílios e instalações	10% a.a.	108.351	(84.797)	23.554	30.644
Veículos	20% a.a.	109.708	(65.391)	44.317	66.258
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	56.634	(45.570)	11.064	14.622
Instalações	10% a.a.	5.399	(1.580)	3.819	1.788
Embarcações e caiaques	20% a.a.	7.950	(7.950)	-	-
Equipamentos de informática	20% a.a.	294.196	(203.459)	90.737	97.141
Terreno		45.000	-	45.000	45.000
Total		627.238	(408.747)	218.491	255.454

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Instalações</u>	<u>Embarcações e caiaques</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Terreno</u>	<u>Total</u>
Taxas de depreciação	10%	20%	10%	10%	20%	20%		
Saldo final 31/12/2019	30.645	66.258	14.622	1.788	-	97.141	45.000	255.454
<u>Em 1º de janeiro de 2020</u>								
Custo	108.351	109.708	56.634	3.039	7.950	271.585	45.000	602.267
Depreciação acumulada	(77.706)	(43.450)	(42.012)	(1.251)	(7.950)	(174.444)	-	(346.813)
Valor contábil líquido	30.645	66.258	14.622	1.788	-	97.141	45.000	255.454
Adições	-	-	-	2.360	-	22.607	-	24.967
Depreciação	(7.091)	(21.942)	(3.558)	(329)	-	(29.014)	-	(61.934)
Saldo final	<u>23.554</u>	<u>44.316</u>	<u>11.064</u>	<u>3.820</u>	<u>-</u>	<u>90.737</u>	<u>45.000</u>	<u>218.491</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>								
Custo	108.351	109.708	56.634	5.399	7.950	294.196	45.000	627.238
Depreciação acumulada	(84.797)	(65.391)	(45.570)	(1.580)	(7.950)	(203.459)	-	(408.747)
Valor contábil líquido	<u>23.554</u>	<u>44.317</u>	<u>11.064</u>	<u>3.820</u>	<u>-</u>	<u>90.737</u>	<u>45.000</u>	<u>218.491</u>

7. RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS

A Associação celebrou convênios voltados a obtenção de recursos junto ao poder público e a organizações privadas com objetivo de aplicar conhecimento científico e tecnológico em projetos nas áreas de tecnologia, educação, cultura, saúde e economias criativas. Para isso obteve recursos, ainda pendentes de aplicação, dos seguintes projetos e convênios:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Poder público</u>		
MCTIC (e)	2.180.774	-
Projeto Luca-FMDCA-SLI (f)	160.000	-
Projeto Pense Grande - FMDCA-SLI (g)	200.000	-
Projeto Educação Infantil Fase 3 -FMDCA-SLI (h)	280.000	-
Projeto Segurança Alimentar Nas Escolas - FMDCA-SLI (i)	367.200	-
Projeto Cloc Inteligência Artificial- FMDCA-SLI (j)	104.000	-
Projeto Arte Naturalista 2021 (k)	36.000	-
Projeto Criança Esperança (l)	28.627	-
Projeto gestão SEDETEC 01/2016 (a)	-	19
Projeto gestão SEED 075/2015 (a)	-	59.502
Subtotal	<u>3.356.601</u>	<u>59.521</u>
<u>Organizações privadas</u>		
Gestão Conselhos (b)	-	87.720
Projeto Baião (a)	-	7.114
Projeto Legados (a)	17.290	368
TON COM (a)	31	82.823
Projeto Educação Infantil (c)	-	252.000
CLOC Robótica (d)	6.611	52.388
Projeto SYNAPSE - PETROBRÁS (a)	3.736.434	-
Outros projetos	7.616	8.204
Subtotal	<u>3.768.010</u>	<u>490.617</u>
Total	<u><u>7.124.611</u></u>	<u><u>550.138</u></u>

(a) Informações sobre a receita constam na nota explicativa nº 5.

(b) Gestão Conselhos é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto construir uma tecnologia social que promova a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelos Conselhos de Direitos e Tutelares e sistematizar esta experiência para possibilitar futuras re-aplicações em outros municípios. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$270.000,00 e o período de execução de janeiro de 2018 a outubro de 2020.

(c) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos da Ambev, cujo o objeto é desenvolver uma tecnologia social para pré-escola, que seja integrada à tecnologia social Synapse gerada para os anos iniciais do ensino fundamental e que também promova o desenvolvimento de habilidades não cognitivas nas crianças atendidas. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$252.000,00 e período de execução de novembro de 2019 a dezembro de 2020.

- (d) É um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo objeto é desenvolver kits educacionais baseados no uso de robôs de baixo custo, operados via tablets, para apoio ao ensino e aprendizado de português e matemática para as séries iniciais do fundamental. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$243.000,00 e período de execução de janeiro de 2019 a dezembro de 2020.
- (e) Corresponde a três termos de fomento decorrentes de emendas parlamentares, celebrados com a União, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação-MCTIC, sendo:
 - i) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 23310009 no valor total de R\$500.000,00, liberados em parcela única cujo objetivo é "Reaplicar a tecnologia social TAG (sistema informatizado de gestão escolar) e o primeiro módulo da tecnologia social Synapse (metodologia de alfabetização em Português e Matemática) em 2 municípios sergipanos, com baixa qualidade no desempenho dos alunos no ensino fundamental I". O prazo de vigência é de 12 meses.
 - ii) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 23310014 no valor total de R\$500.000,00, liberados em parcela única, cujo objetivo é implantar uma unidade empreendedora responsável pela produção, comercialização e disseminação de técnicas construtivas tradicionais e tecnologias sociais relacionadas a saneamento e segurança alimentar. O prazo de vigência é de 24 meses.
 - iii) Termo de Fomento, decorrente da Emenda Parlamentar n. 41440009, no valor total de R\$1.180.000,00, liberados em parcela única. O objetivo do Termo é "Reaplicar e desenvolver tecnologias sociais nas áreas de educação básica e geração de renda, em municípios sergipanos. O prazo de vigência é de 12 meses.
- (f) Projeto Luca-FMDCA-SLI é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhhy, cujo objeto promover atividades de qualificação de Adolescente talentosos em técnicas de áudio visual, com especial interesse em animação e roteirização. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$160.000,00, sua vigência é de 12 meses.
- (g) Projeto Pense Grande - Formação Empreendedora é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhhy, cujo objetivo é construir uma tecnologia social que integra empreendedorismo, educação financeira e inteligência emocional voltada para adolescentes de Santa Luzia do Itanhhy. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$200.000,00, sua vigência é de 12 meses.
- (h) Projeto Educação Infantil Fase 3 é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhhy, cujo objetivo é desenvolver uma tecnologia social para a pré-escola, que seja integrada à tecnologia Synapse gerada para os anos iniciais do ensino fundamental e que promova o desenvolvimento de habilidades não cognitivas nas crianças atendidas. O total de recurso financeiro deste termo é de R\$280.000,00, sua vigência é de 12 meses.
- (i) Projeto Segurança Alimentar Nas Escolas é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Luzia do Itanhhy, cujo objetivo é construir uma tecnologia social que promova segurança alimentar nas escolas de Santa Luzia do Itanhhy. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$367.200,00. Sua vigência é de 12 meses.

- (j) Projeto Cloc Inteligência Artificial é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é promover atividades de qualificação de Adolescente talentosos em programação e inteligência artificial.
- (k) Projeto Arte Naturalista é um projeto firmado por Termo de Fomento celebrado entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa luzia do Itanhy, cujo objetivo é manter atividades de ensino de ilustração com outras linguagens em artes visuais, visando envolver mais crianças e adolescentes de Santa luzia do Itanhy no projeto e explorar novas oportunidades empreendedoras. O total de recurso financeiro deste termo foi de R\$36.000,00. Sua vigência é de 12 meses.
- (l) Projeto Criança Esperança, firmado com a UNESCO - Organização Das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com a finalidade de Parceria de implementação do projeto “Romanceiros do Itanhy 1a Infância”, desenvolvido pelo IPTI e selecionada pelo programa Criança Esperança em 2020. O valor total do recurso é de R\$159.040,00 e serão pagos em parcelas no período de dezembro de 2020 a março de 2022.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da Associação. No ano de 2020 a associação transferiu o saldo existente na conta Superávit Acumulados no valor de R\$1.264.521, para a conta patrimônio social.

A Associação, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribuiu nem distribuirá aos seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, parcela de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus resultados ou bonificação.

A Associação registrou um Déficit em 31 de dezembro de 2020 de R\$529.286 (superávit de R\$465.585 em 2019).

9. RECEITA

9.1 Receita de prestação de serviço

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo Município assistência social (a)	-	25.000
Total	<u>-</u>	<u>25.000</u>

- (a) Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Indiaroba, Estado de Sergipe - A prestação de serviços para desenvolvimento institucional de três secretarias municipais que coordenam o programa Bolsa Família a partir da reaplicação da Tecnologia Social TAG (apoio a gestão de dados) para fins de melhoria do gerenciamento das condicionalidades.

9.2 Receita de doações

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Exterior	807.734	714.338
Associação Brazilfoundation	-	134.582
Banco JP Morgan	-	220.000
Itaú Unibanco	-	100.000
BAYER SA	380.900	638.431
Fundação Telefônica	44.884	65.000
Cielo S.A.	-	52.827
Eventibrite Bra	-	45.900
Haakon Lorentzen (Filial do Brasil)	-	31.150
Instituto Banese	29.600	18.000
F.A Comunicação	-	10.000
Paypal Brasil Serviços	-	9.604
ELO Serviços S. A	81.600	-
Microsoft do Brasil	40.000	-
General Eletric do Brasil LTDA	30.000	-
Doare Serviços Financeiros	47.980	-
Multiserv Manutenção Predial LTDA	5.000	-
Demais valores	<u>77.319</u>	<u>26.305</u>
Total	<u><u>1.545.017</u></u>	<u><u>2.066.137</u></u>

As doações recebidas são aplicadas integralmente na realização dos projetos da instituição.

9.3 Taxa de administração dos projetos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
SEED 075/2015	115.205	-
Educação Infantil Fase 2	12.600	-
Projeto TON-CON	12.825	-
Projeto SEDETEC 01/2016	10.660	-
Cloc Robótica	-	6.600
Projeto CLOC	-	<u>12.150</u>
Total	<u><u>151.290</u></u>	<u><u>18.750</u></u>

Receita obtida através de aplicação de percentual sob o andamento dos projetos, os percentuais variam de acordo com o projeto.

9.4 Mensuração do trabalho voluntariado

Em atendimento a Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviço voluntário (receita) e administrativa (despesa) e não altera o déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Articulação internacional	86.693	-
Apoio na reaplicação da tecnologia social	10.000	119.411
Motorista	4.640	-
Programação	3.120	-
Total	<u>104.453</u>	<u>119.411</u>

9.5 Convênios/projeos/prêmios

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Projeto Legados-Fundação Vale	620.157	443.960
Receita com prêmios	28.725	30.000
Educação Infantil Fase 2	252.000	-
Projeto Synapse - PETROBRÁS	65.705	-
Projeto Alba FBB	-	9.660
Total	<u>966.587</u>	<u>483.620</u>

10. DESPESAS

10.1 Administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Articulação (a)	(236.240)	(204.937)
Serviços pessoas jurídicas	(51.282)	(45.233)
Viagens e representações	-	(39.020)
Divulgação e publicidade	-	(10.754)
Depreciação	(58.839)	(57.663)
Serviços prestados por pessoas físicas	-	(1.191)
Manutenção	(887)	(846)
Telefone, internet e telefax	-	(12.800)
Despesas com alimentação	(909)	(28.315)
Aluguel	(19.634)	(15.367)
Outras despesas	(92.477)	(97.756)
Total	<u>(460.268)</u>	<u>(513.882)</u>

(a) Refere-se à gastos incorridos para promoção na captação de recursos.

10.2 Despesas projetos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços de terceiros pessoa física	(325.838)	(214.081)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(389.426)	(376.079)
Alimentação e transporte	(25.573)	(40.173)
Articulações	(51.408)	(70.992)
Combustíveis e lubrificantes	(19.496)	(43.769)
Manutenção e serviços de informática	(137.766)	(82.310)
Depreciação (desp com restrição)	(3.071)	(437)
Despesas com restrições	(929.915)	(427.460)
Outras despesas	<u>(574.156)</u>	<u>(202.225)</u>
Total	<u>(2.456.649)</u>	<u>(1.457.526)</u>

10.3 Despesas com pessoal

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários e encargos	(192.635)	(101.662)
Bolsa estágio	-	(6.069)
Férias e 13º	(47.240)	(3.404)
Outras despesas com pessoal	<u>(32.987)</u>	<u>(3.159)</u>
Total	<u>(272.862)</u>	<u>(114.294)</u>

11 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento aplicação financeira	11.801	7.212
Varição cambial	6	93
Total receitas financeiras	<u>11.807</u>	<u>7.305</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
IOF	(3.172)	(2.148)
Despesas bancárias	(5.581)	(29.121)
Outras despesas financeiras	<u>(2.082)</u>	<u>(9.148)</u>
	(10.835)	(40.417)
Total resultado financeiro	<u>972</u>	<u>(33.112)</u>

12 INSTRUMENTO FINANCEIRO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas notas explicativas, a IPTI possui apenas instrumentos básicos. Durante o exercício, a Associação não realizou operações com derivativos financeiros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.766.615	952.113
<u>Passivos financeiros</u>		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Fornecedores	(5.307)	(8.371)

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua Administração.

13 ASPECTOS FISCAIS

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para a Associação Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas.

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS, a Medida Provisória MP nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as doações, vendas de serviços, prêmios e convênios inclusive os recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de doação, vendas de serviços, prêmios e convênios, não estando sujeitas a incidências da referida contribuição.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

14 IMPACTOS DA “COVID-19”

A pandemia do Corona Vírus, “Covid-19” foi declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Face ao cenário de emergência em saúde apresentado, o IPTI tem mantido monitoramento constante sobre a evolução do tema e até o momento não foram identificados impactos relevantes.

15 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Associação avaliou os acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2020 para fins de divulgação de eventos subsequentes e não encontrou eventos significativos a serem divulgados.

16 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os órgãos da Administração da Associação examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e aprovaram sua emissão em 30 de setembro de 2021.
